



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

Aquisição de eletrodomésticos para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Angra dos Reis.

### 2. OBJETIVO/JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a presente aquisição desses equipamentos conforme a importância de proporcionar aos servidores condições adequadas de trabalho, que incluem o acesso a recursos que garantam conforto e suporte durante suas atividades diárias. A presença de eletrodomésticos como geladeiras, micro-ondas e sanduicheiras é essencial para atender às demandas básicas dos funcionários, especialmente em locais onde é necessário o armazenamento e o preparo de alimentos, contribuindo para a manutenção da saúde e bem-estar.

### 3. INSTRUMENTO DE PROCESSAMENTO

Esta assertiva se ampara na medida em que é constante a necessidade para o bom andamento das atividades a que se destinam o serviço.

### 4. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DA SUA EXECUÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	CATMAT
1	Geladeira  -Voltagem:127V; -Tipo: Vertical/Frost Free; -Capacidade:342 litros -Cor: Branca; -Porta-latas; -Iluminação interna (Lâmpada 15W); -Controle de Temperatura; -03 Prateleiras;  -Garantia: 12 meses.	1	UNID.	611785

	Micro-ondas			
	- Capacidade 20L - Prato com diâmetro de 250mm; -1400W de potência; -Teclas fáceis: FIT e Manter Aquecido;			
2	-Opções descongelar rápido ou descongelar por peso; -Função potência; -Relógio; -Display; -Função tira odor;	1	UNID.	245256
	Garantia: 12 meses. Sanduicheira E Grill			
3	-Potência: 850 W; -Voltagem: 110V; -Material: Inox;	1	UNID.	601739
	Garantia: 12 meses.			

## 6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2024.

Unidade Orçamentária (UO): 2018
---------------------------------

Programa de Trabalho (PT): 2002
---------------------------------

Fonte de Recursos (FR): 15000000
----------------------------------

Natureza da Despesa (ND): 44905299
------------------------------------

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

### 7.1.FORMA DE EXECUÇÃO

Os eletrodomésticos solicitado deverá ser entregue no endereço , R. Cônegos Bittencourt, 80 – Térreo – Centro, Angra dos Reis – RJ, 23900-300, com a devida ciência do responsável da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no período compreendido entre 9h e 16h, de 2ª a 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais.

### 7.2. VALIDADE DA PROPOSTA

7.2.1. O prazo de validade será de 60 (sessenta) dias, da data da proposta.

### 7.3. GARANTIA

7.3.1 O prazo será do fabricante, não podendo ser inferior ao da Lei nº8.078, de 11/09/1990 do Código de defesa do Consumidor.

7.3.2 O serviço de assistências técnica será prestado no Município de Angra dos Reis em local indicado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

7.3.3 A garantia será prestada com vistas a manter os materiais em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

7.3.4. Os materiais que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, nos padrões de qualidade iguais ou superiores aos mencionados nesse TERMO.

7.3.5 Uma vez notificada, a CONTRATADA realizará a reparação ou substituição do que apresentarem vício ou defeito

no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contatados a partir da data de retirada do item no local mencionado nesse TERMO DE REFERENCIA pela CONTRATADA ou pela assistência técnica autorizada.

#### **7.4 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

A empresa contratada deverá adotar as praticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos eletrodomésticos conforme previsto no artigo 144 da Lei nº14.133/2021.

No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento dos objetos, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis. Além disso, devem cumprir, no que couber, as exigências:

- a. Da Lei 12.305, de 02 de Agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- b. Do art. 6º da Instrução Normativa MPOG nº01, 19 de Janeiro de 2010, que estabelece as praticas de sustentabilidade na execução dos serviços;
- c. Da Portaria Nº170, de 10 de abril de 2012 no Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO;

#### **8. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. A emissão da Nota Fiscal/ Fatura;

8.2. No prazo de até 5 dias corridos da disponibilização dos materiais, a contratada deverá emitir da Nota Fiscal e a documentação de regularidade fiscal, social e trabalhista para que os fiscais possam atestar encaminhar para pagamento.

8.3. O atesto da Nota Fiscal será realizado pelo Fiscal do contrato que será o responsável do acompanhamento da execução.

8.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

8.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser corrigidos/ refeitos/ substituídos no prazo fixado pelo Gestor do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

#### **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. Manter durante todo o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

9.2. Fornecer os materiais de forma condizente aos objetos solicitados promovendo por sua conta despesas de transporte e tributos de qualquer natureza, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega, resguardando a máxima qualidade e quantidade necessária, sempre em conformidade com as especificações deste Termo.

9.3. Dispor de veículo necessário e adequado para o transporte, bem como, de carregadores para a descarga dos materiais no local de entrega.

9.4. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE.

9.5. Respeitar o prazo de entrega, bem como, cumprir todas as demais exigências impostas neste Termo.

9.6. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos materiais, respondendo por si e por seus sucessores.

9.7. Responsabilizar-se por quaisquer materiais entregues, que se encontrar com defeito de fabricação, fora das especificações deste Termo e diferentes das cotadas em sua proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte quatro) horas, após o recebimento da notificação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

9.8. Comunicar o CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1 – Promover o acompanhamento e fiscalização durante o fornecimento do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas da CONTRATADA.

10.2 – Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo.

10.3 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos neste Termo.

10.4 – Expedir a Ordem de Serviço por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA.

10.5 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA, para o fiel cumprimento das obrigações.

10.6 – Notificar a CONTRATADA, caso constatare que as características básicas não correspondem às exigências do presente termo, que providenciará a correção, no prazo de 10 (dez) dias, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

## **11. FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

11.1. A Fiscalização e o Gerenciamento da contratação caberá a funcionário formalmente designado pela SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, que determinará o que for necessário para o cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, bem como a regularização de faltas, nos termos do artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021 e, na sua falta ou impedimento, pelo seu substituto, bem como o Decreto Municipal nº 13.360/2023, que versa sobre fiscalização de contratos, quando forem pertinentes a contratação.

11.2. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo mais que se relacione com o objeto, desde que não acarrete ônus para a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ou modificação da contratação.

11.3. As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO deverão ser comunicadas formalmente pela CONTRATADA à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

11.4. A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de sua atividade.

11.5. A existência e a atuação da fiscalização, em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará em corresponsabilidade da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder o ressarcimento imediato à SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

## **12. PAGAMENTO**

12.1 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de emissão da Nota de Liquidação, sendo esta condicionada à apresentação do documento de cobrança na SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, mediante crédito em conta-corrente da CONTRATADA.

12.2. A Administração reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento, se os serviços executados estiverem em desacordo com as especificações constantes do Edital.

### **13. DO PROCEDIMENTO PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS/RJ**

A Licitante vencedora fica obrigada a emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFSe, para pagamento do objeto desta licitação (que está sujeito à tributação do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISS), devendo, para isso, as empresas que não tenham sede no Município de Angra dos Reis providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da assinatura da expedição da Nota de Empenho, o “Cadastro Mobiliário de Contribuintes” – CMC, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Angra dos Reis/RJ, telefone (24) 3365-4259, disponibilizado no endereço eletrônico:

<https://www.spe.angra.rj.gov.br/nfse/senhaweb/login.aspx>, de acordo com disposto no Art. 1º, do Decreto Municipal nº 7.725 de 04 de janeiro de 2011 e Art. 5º, do Decreto Municipal nº 8.162 de 15 de dezembro de 2011.

### **14. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>Elaborador do Termo de Referência</b>
Nome: YASMIN MUNIZ SUISSO SANTOS
Cargo: COORDENADORA TÉCNICA DE EMPREGABILIDADE
ID Funcional: 30272

### **15. DA VIGÊNCIA**

15.1. O prazo de vigência do Contrato será contado a partir da data de sua assinatura, obedecido ao disposto no caput do art. 105, da Lei 14.133/2021;

15.2. A eficácia legal do Contrato se dará após a publicação de seu extrato no Diário Oficial, nos termos do art. 89, parágrafo § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

### **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

16.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.3. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.4. Der causa à inexecução total do contrato;

16.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

16.1.6. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

16.1.7. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.8. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.2.2. Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §

4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.2.4. Multa:

- a. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- b. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Nº 14.133, de 2021.
- c. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.4. Todas as sanções previstas neste termo de referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

16.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art.156,§1º,da Lei Nº14.133,de2021):

16.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

16.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, como Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, (art. 14 da Lei 14.133/2021):

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do caput deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos desta Lei.

Angra dos Reis, 19 de Agosto de 2024.

Angra dos Reis, na data da assinatura



Documento assinado eletronicamente por **Yasmin Muniz Suisso Santos**, **Coordenadora Técnica**, em 19/08/2024, às 15:39, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Tania Gomes Da Silva, Secretária**, em 19/08/2024, às 16:55, conforme Capítulo III, Art. 7º do Decreto nº 13.367 de 03 de janeiro de 2024.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://angra.sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00074224** e o código CRC **F39AC50D**.

Referência: Processo nº SEI-2024-04000051

SEI nº 00074224

Av. Prefeito Jair Toscano de Brito, S/Nº, CEA (Centro de Estudos Ambientais) - Bairro Praia da Chácara,  
Angra dos Reis/RJ, CEP 23906-805  
Telefone: